



Aprovada proteção ao FGTS no Minha Casa, Minha Vida



Renan Calheiros conduz a votação em que os senadores aprovaram mudanças na lei do Programa Minha Casa, Minha Vida

Em caso de inadimplência das prestações pelo mutuário, ressarcimento será feito pelo Fundo de Arrendamento Residencial, que tem recursos do Tesouro Nacional

Segue para sanção projeto derivado de medida provisória que protege o FGTS em caso de inadimplência no Programa Minha Casa, Minha Vida para unidades que tenham sido financiadas parcialmente com recursos do fundo. O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), garantido pelo Tesouro Nacional, deverá assumir a dívida e cobrar as prestações atrasadas.

O FAR já assegura compensações quando o não pagamento das prestações

acontece por causa da morte ou invalidez permanente. As modificações são necessárias porque desde outubro há desconto para unidades construídas com recursos do FAR. A medida beneficia famílias de renda mensal de até R\$ 1,6 mil.

O projeto aprovado ontem determina também que 10% dos recursos destinados pela União ao Minha Casa, Minha Vida para a construção de imóveis para pessoas de baixa renda terão que ser aplicados em municípios com menos de 50 mil habitantes. **3**

Policiais podem ter adicional de periculosidade **7**

Todo paciente deve ganhar direito a acompanhante **5**

Texto que dificulta prescrição de pena vai à Câmara **7**

Documento pede verba para instalar zona franca verde **6**

Estatuto dos Animais passa em comissão **7**

Proposta facilita obtenção de seguro para caminhões **6**

Avança cota proporcional de gênero no Senado **2**

Especialistas discutem opções de vacinas contra dengue

Medicamento desenvolvido por empresa francesa depende apenas de registro de preço para começar a ser comercializado, mas governo aguarda

últimos testes de opção mais barata criada pelo Instituto Butantan. Audiência debateu também outras estratégias contra o *Aedes aegypti*. **3**



Paulo Bauer (C) preside debate com representantes do governo e de laboratórios



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ao lado de Fátima Bezerra, Lambert diz que toda criança deve ter oportunidade

Australiano aprova esforço do Brasil por currículo nacional

Diretor do órgão que implementou o currículo nacional da Austrália, Phil Lambert elogiou ontem, em audiência, a iniciativa do Brasil de ouvir

a população para elaborar a Base Nacional Curricular. Ele explicou a experiência australiana e disse que o conteúdo deve ser flexível e inspirador. **5**

Debatedores divergem sobre liberação de drogas

Durante debate sobre projeto que altera o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, os médicos participantes discordaram sobre pesquisas em países onde o uso da maconha foi descriminalizado. Enquanto há estudos que

apontam não haver relação entre liberação e aumento ou redução do consumo, outros mostram o desenvolvimento de produtos diversificados a partir da droga, associada a doces, energéticos e cigarros eletrônicos. **4**



Pedro França/Agência Senado

Comissão de Educação debate projeto sobre atendimento a usuários de drogas e ações de combate ao uso e ao tráfico

Tribuna é palco de novos debates sobre impeachment

Senadores do governo e da oposição voltaram ontem a discutir, em discursos na tribuna, a legalidade e a legitimidade do processo que pode afastar Dilma Rousseff. **8**

Plenário votará novas regras sobre precatórios

Proposta que trata do tema foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça. Até junho de 2014, União, estados e municípios deviam juntos R\$ 97,3 bilhões. **7**

Mesa do Senado pode ter cota proporcional de gênero

PEC aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça estende a medida para a Câmara dos Deputados e para o Congresso Nacional. Composição das comissões também será atingida

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 38/2015) que garante a representação proporcional de cada sexo nas Mesas e nas comissões da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional. A iniciativa recebeu parecer favorável da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A mudança na Constituição estabelece não apenas a representação proporcional por sexo no preenchimento das vagas nas Mesas e comissões permanentes e temporárias, mas também que se assegure ao menos uma vaga para cada sexo nesse processo.

No parecer à PEC 38/2015, Vanessa registrou que, dos 513 cargos de deputado federal em disputa, apenas 51 foram preenchidos por mulheres nas eleições de 2014. Nesse mesmo pleito, apenas 13 das 81 vagas de senadores foram ocupadas por mulheres.

“Apesar de a quantidade de mulheres ser maior que a de homens e de o número de eleitoras ser maior que o de eleitores, temos um número ainda pouco expressivo de mulheres parlamentares”, reconhece a relatora.

Reforma política

Na justificativa da PEC, a deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP) fez um apelo por ações para reverter o quadro de baixa participação de mulheres na política.

“Com esta inovação constitucional, procuramos assegurar que as Casas legislativas observem dois princípios basilares em seu funcionamento interno: a representação proporcional dos partidos políticos e a representação proporcional dos sexos, tanto nas mesas diretoras como nas comissões permanentes e temporárias”, ressalta.

Outra ação concreta nessa direção foi citada pela relatora

e está contida na PEC 98/2015, proposta pela Comissão de Reforma Política do Senado e já enviada à Câmara. Segundo explicou Vanessa, a meta traçada na PEC é no sentido de alcançar, dentro de três legislaturas (12 anos), uma participação mínima de 16% de mulheres na composição da Câmara dos Deputados, das assembleias legislativas, da Câmara Legislativa do DF e das câmaras de vereadores.

Voto contrário

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou voto em separado pela rejeição da PEC 38/2015, que não foi acolhido pela comissão. Segundo o senador, a instituição de cotas de gênero em casos como este priva o eleitor de expressar fielmente sua vontade, “mitigando os fundamentos da democracia”.

Agora a PEC 38/2015 segue para dois turnos de discussão e votação no Plenário.



Jonas Pereira/Agência Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), que se manifestaram contrários aos pedidos de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O presidente do Senado agradeceu a presença de parlamentares e dos estudantes e disse que o país vive um momento conturbado. Renan defendeu ainda uma relação harmônica e independente entre os Poderes.

Ministro da Justiça deve ter que explicar declarações sobre a PF

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) solicitando audiência com o ministro da Justiça, Eugênio Aragão. A intenção é ouvir explicações sobre declarações recentes em que ele afirmou que substituiria equipes da Polícia Federal em caso de indício de vazamento de material da investigação.

Ferraço argumenta que as afirmações configuram “ameaças de intervenção” no trabalho da Polícia Federal e indicam uma tentativa de

“esvaziamento” da Operação Lava-Jato, que investiga esquema de corrupção, desvio de verbas e pagamento de propinas na Petrobras. Segundo o senador, Aragão também referiu-se às delações premiadas adotadas pela Lava-Jato como “extorsivas”.

Na terça-feira, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) também aprovou convite para que Aragão fale aos senadores.

Veja na pág. 8 repercussão no Plenário da crise política



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Presidida por José Maranhão (E), a comissão aprovou texto que visa incentivar a participação feminina na política

Congresso instala comissões mistas para duas MPs

Duas comissões mistas para análise de medidas provisórias foram instaladas ontem, com a eleição de presidentes e relatores. A MP 713/2016, que reduz o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre remessas de dinheiro para o exterior, será relatada pelo senador Dalírio Beber (PSDB-SC). Já a MP 714/2016, que eleva a participação estrangeira no capital das aéreas e extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária, terá relatoria do deputado Zé Geraldo (PT-PA).

A MP 713/2016 reduz de 25% para 6% o IRRF sobre as remessas de dinheiro enviadas ao exterior para pagar gastos pessoais em viagens de turismo e negócios, desde que a serviço, e para treinamento ou missões oficiais, até

o limite de R\$ 20 mil ao mês. A alíquota reduzida valerá até o fim de 2019, caso a MP seja aprovada pelo Congresso.

A norma beneficia agências de turismo, que enviam dinheiro para o exterior para pagar hotéis, transporte e hospedagem dos pacotes de viagem comprados pelos consumidores. Para ter acesso à redução da alíquota, as empresas deverão ser cadastradas no Ministério do Turismo e a remessa das divisas terá de ser realizada por instituição baseada no Brasil.

A presidência da comissão ficou com o deputado Andrés Sanchez (PT-SP) e o vice-presidente é o senador Benedito de Lira (PP-AL). A deputada Margarida Salomão (PT-MG) será a relatora-revisora.

A MP 714/2016 eleva de 20% para 49% o limite de participação estrangeira no capital com direito a voto das companhias aéreas brasileiras. O texto abre a possibilidade de negociação de acordo de reciprocidade (entre o Brasil e outro país) que permita a uma empresa estrangeira adquirir o controle do capital de uma aérea brasileira (acima de 50% das ações), desde que uma empresa nacional também possa adquirir o controle de uma aérea na outra nação.

O senador Hélio José (PMDB-DF) presidirá a comissão, o deputado Ságuas Moraes (PT-MT) será o vice-presidente e a senadora Ângela Portela (PT-RR), a relatora-revisora.

(Com Agência Câmara)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Regularização ambiental**
8h A comissão realiza audiência interativa para debater e acompanhar a implantação dos programas de regularização ambiental pelos estados.
- MP 718/2016 Justiça Antidopagem**
10h Instalação e eleição de presidente e vice-presidente da comissão responsável pela MP que cria a Justiça Desportiva Antidopagem.
- CDH Dia Internacional do Autismo**
10h A comissão promove audiência interativa para celebrar o Dia Internacional do Autismo e verificar o andamento de políticas públicas voltadas para essas pessoas e famílias. Entre os convidados, o Movimento Orgulho Autista Brasil e a Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal.

- CE Políticas sobre drogas**
10h A comissão promove audiência interativa para debater o PLC 37/2013, sobre financiamento das políticas sobre drogas.
- CRE Oriente Médio**
10h A comissão faz audiência interativa sobre a situação no Oriente Médio e a incidência na política externa brasileira.
- CONGRESSO Mulher na Política**
11h Sessão solene pela campanha Mulher na Política, do TSE.
- PRESIDÊNCIA Sessão solene**
11h Renan Calheiros preside sessão solene por campanha do TSE que incentiva a a mulher na política. Às 16h, ordem do dia.
- PLENÁRIO Pauta trancada**
14h O PLV 5/2016, que abre créditos a ministérios, tranca a pauta.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **audiência pública da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Medida que protege FGTS de calote vai a sanção

Plenário aprovou ontem projeto de lei de conversão que garante que o fundo seja ressarcido em caso de inadimplência de mutuários do Programa Minha Casa, Minha Vida

OS SENADORES APROVARAM ontem a Medida Provisória 698/2015, que criou garantia de ressarcimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de inadimplência em prestações de residências do Programa Minha Casa, Minha Vida que tenham sido financiadas parcialmente com recursos do fundo. O texto segue para sanção presidencial.

A medida foi aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2016, pois os deputados federais mudaram o texto original do Executivo. A Câmara incluiu dispositivo que garante que 10% da verba da União para a construção de imóveis a pessoas de baixa renda terá de ser aplicada em projetos nos municípios com menos de 50 mil habitantes.

A relatora da MP, Regina Sousa (PT-PI), garantiu que as mudanças não trarão prejuízo ao FGTS e elogiou a destinação de parte do recurso apenas para cidades pequenas:

— Amplia mais a tarefa do FAR, Fundo de Arrendamento Residencial, para cobrir também a inadimplência do mutuário, mas com a garantia de um retorno tranquilo. Então, não tem prejuízo para o FGTS.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que a medida é “uma espécie de seguro, uma caução para uso desses recursos”.

Garantia a bancos

O texto também faz ajustes na Lei 11.977/2009 (que trata do Minha Casa, Minha Vida) para permitir que os recursos do FAR prestem garantia aos bancos do Sistema Financeiro



Medida provisória é aprovada pelos senadores às vésperas de perder validade

de Habitação nos casos de risco de crédito. Esse fundo já assegura compensações quando o não pagamento das prestações acontece por causa da morte ou invalidez permanente do mutuário ou quando há dano

físico ao imóvel financiado.

Agora o FAR deverá assumir a dívida do agente financiador e cobrar as prestações atrasadas do mutuário. Para que isso aconteça, será feita uma caução de depósito dos

recursos recebidos do FGTS nos mesmos valores do que foi financiado ao mutuário. O Tesouro Nacional é o garantidor que compensará o FGTS em caso de inadimplência.

As modificações são necessárias porque desde outubro uma resolução do Conselho Curador do FGTS permitiu a concessão de desconto vinculado a unidades construídas com recursos do FAR. A medida beneficia famílias de renda mensal familiar de até R\$ 1,6 mil. Em 2015 o desconto foi de 80% do preço do imóvel e neste ano é de até 60%, limitados a R\$ 45 mil. As condições valem até o final de 2016.

A MP foi aprovada às vésperas de perder a validade, o que aconteceria hoje. O texto prevê prioridade para famílias que vivem em áreas de risco ou desabrigadas por desastres.

Discussão entre senadores leva ao encerramento da sessão

Uma discussão entre senadores fez com que o presidente da Casa, Renan Calheiros, encerrasse a sessão plenária de ontem antes da conclusão das votações. Críticas de Ronaldo Caiado (DEM-GO) a ações do governo geraram resposta de senadores governistas e, devido à discussão, não foi concluída a votação da Medida Provisória 709/2015, que libe-

rava créditos para ministérios.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 5/2016, proveniente da MP, liberou R\$ 1,318 bilhão para várias pastas. A crítica de Caiado era ao cancelamento de R\$ 720 milhões que seriam destinados a ações de moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida, previsto na MP. O cancelamento faz com que o governo tenha que recorrer

a recursos do FGTS. Para o senador, o governo faz “cortesia com o chapéu do trabalhador”.

— Política pública se faz com orçamento e o que estava no orçamento para fazer o Minha Casa, Minha Vida está sendo cancelado: R\$ 720 milhões. É algo que só mesmo este governo do PT, nos seus últimos dias, poderia propor — criticou.

A fala gerou críticas de go-

vernistas. O líder do governo no Senado, José Pimentel (PT-CE), lembrou que um dos objetivos do FGTS é assegurar moradia de qualidade para os trabalhadores brasileiros.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ) também criticaram o senador. Para Lindbergh, o posicionamento de Caiado foi elitista porque a ação beneficia os mais pobres.

— Fico impressionado com o tamanho do elitismo, porque não tem outra forma de dizer isso. Não se faz casa para pobre sem subsídio, se não tiver o recurso do FGTS, senador.

Outros senadores entraram no debate e, como a discussão persistiu, Renan decidiu encerrar a sessão sem concluir a votação da MP. O prazo para análise termina em maio.

Especialistas apontam estratégias de combate ao *Aedes aegypti*

Pesquisadores presentes em audiência pública ontem na comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 712/2016, que trata do combate ao mosquito *Aedes aegypti*, destacaram medidas de prevenção das doenças transmitidas pelo inseto.

Aplicação aérea de inseticidas, qualificação de visitas de campo, uso de mosquito geneticamente modificado, investimento na educação, participação popular e desenvolvimento e comercialização de vacinas e soros foram algumas estratégias de combate citadas pelos debatedores.

Em relação à vacina contra a dengue, a diretora médica da Sanofi Pasteur, Lucia Bricks, ressaltou que o medicamento desenvolvido pela empresa francesa já foi aprovado pela Anvisa e aguarda apenas o registro de preço para começar a ser comercializado no Brasil. Com três doses, a vacina é destinada ao público entre 9 e 45 anos e protege contra os quatro tipos do vírus da dengue.

— Pela primeira vez temos uma vacina com eficácia comprovada contra os qua-

tro sorotipos da dengue. Esta vacina consegue reduzir nove em cada dez casos graves de dengue e evita dois em cada três casos — disse.

Lucia afirmou que quanto maior o número de vacinados, maior será o benefício social. Para ela, os recursos colocados na vacina não podem ser considerados gasto, mas sim investimento, já que a vacina é uma das estratégias mais eficazes para prevenir a dengue.

O deputado Mandetta (DEM-MS) destacou, porém, a posição do governo federal, que declarou que a vacina é muito cara e tem difícil aplicação e que o Ministério da Saúde espera pelos resultados dos últimos testes da vacina criada

pelo Instituto Butantan.

Conforme explicou o diretor de Relações Institucionais do Butantan, Marco Antônio Moreira, a vacina desenvolvida pelo órgão já está na fase 3 de testes clínicos, será aplicada em dose única e deve estar pronta em até um ano e meio.

Ele destacou que o instituto também tem trabalhado no desenvolvimento de uma vacina contra o vírus Zika, de um soro para tratamento das pessoas já infectadas e de anticorpos contra o vírus, que poderão ser usados no tratamento e no diagnóstico. Moreira afirmou que o fato de o governo federal não ter liberado os recursos prometidos para execução desses projetos é um dos fa-

tores que estão colaborando para o atraso no processo de disponibilização das vacinas.

Tecnologia

Representando a Fundação Oswaldo Cruz, Valcler Rangel destacou três opções desenvolvidas em parceria com outros institutos para controle do *Aedes*: o projeto de unidades disseminadoras de larvicidas, o Projeto Wolbachia (que consiste em infectar o mosquito com uma bactéria) e um inseticida biológico a base de microorganismos.

— Essas alternativas devem se associar a qualquer estratégia em que se tenha de fazer entradas na casa, que é o tema da medida provisória. Também

temos que fazer a população entender o que é o uso dessas tecnologias — explicou.

Representando a Oxitec Brasil, Glen Slade falou sobre a eficácia do mosquito geneticamente modificado produzido pela empresa na redução de larvas do *Aedes*. Com o nome comercial de “*Aedes do bem*”, o mosquito transgênico tem alteração genética que torna a prole estéril. O macho de DNA alterado busca uma fêmea para fecundá-la e produz um ovo infértil, barrando a oportunidade de machos selvagens se reproduzirem.

— Estamos prontos para implantar em grande escala e em qualquer localidade — disse.

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola, Nelson Antônio Paim, ressaltou a importância de incluir o uso da aplicação aérea de inseticidas no combate ao *Aedes*. Ele explicou que o Ministério da Saúde só permite o uso de aviões para aplicação de inseticidas nos casos de epidemia e ressaltou que o sindicato tenta dialogar com os órgãos de saúde para que ocorra a liberação.



Comissão mista que avalia medida provisória sobre controle do mosquito ouve pesquisadores em audiência pública

Descriminalização das drogas divide opiniões

Em debate sobre as políticas públicas para substâncias psicoativas no país, médicos discordaram sobre relação entre liberação do uso da maconha e aumento do consumo

A DESCRIMINALIZAÇÃO DO porte de drogas para consumo pessoal, tema que estará em pauta na Organização das Nações Unidas (ONU) em abril, dividiu a opinião dos especialistas que participaram de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem. Ainda assim, todos concordaram que o uso de substâncias psicoativas produz malefícios à saúde.

O debate tratou de projeto que altera o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad) para definir condições de atendimento aos usuários, diretrizes e financiamento de ações. Haverá uma nova audiência sobre o tema hoje.

O PLC 37/2013 é relatado na CE por Lasier Martins (PDT-RS), que dirigiu o debate ontem. Depois segue para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH). No Brasil, o porte de drogas para consumo é ilegal, mas a conduta é punida com penas alternativas, sem prisão. O projeto não altera esse ponto, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa ação que propõe a descriminalização to-



Ronaldo Laranjeira, Sérgio de Paula Ramos, Lasier Martins e Luís Fernando Farah de Tófoli na Comissão de Educação

tal do porte e uso da maconha.

Para o psiquiatra Luís Fernando Farah de Tófoli, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), reprimir o uso vem sendo ineficaz.

— Manter a atual política no Brasil gera distorções no sistema de Justiça criminal, com impacto negativo para a saúde física e mental dos dependentes.

Prisões

No caso das prisões por tráfico de drogas realizadas em 2014 no Rio de Janeiro, Tófoli disse que 94,3% dos detidos não pertenciam a organizações criminosas e 97% nem sequer portavam arma. Os presos por tráfico de maconha foram pegos com menos de 100 gramas. A maioria nem chegou a ser

condenada, mas ficou detida sete meses, em média.

Ele afirmou que os estudos sobre países com experiências de descriminalização do porte mostram não ter ocorrido variações importantes nas taxas de consumo. Já no caso do México, onde desde 2006 se pratica uma política agressiva de militarização no combate ao tráfico, houve aumento tanto no nível de crimes associados às drogas como de outros tipos.

Credibilidade

O também psiquiatra Sérgio de Paula Ramos observou que pesquisas podem servir a diferentes teses, e é preciso avaliar a credibilidade de quem as patrocinou, produziu e publicou. Ele apresentou estudos que correlacionam o uso liberado

de maconha ao aumento do consumo em estados norte-americanos e em Portugal.

— As evidências sinalizam que, com a possível liberação da maconha, haverá aumento de consumo e dos problemas decorrentes desse consumo, e também um mero deslocamento do problema do sistema judicial para o de saúde. Quem está interessado nessa liberação? É muita grana em jogo — salientou.

O expositor citou investidores particulares e a indústria internacional de tabaco que, no Brasil, perdeu grande espaço, graças a políticas de informação sobre os malefícios do fumo e ao controle da publicidade.

Ronaldo Laranjeira, médico e professor da Universidade Federal de São Paulo (Uni-

fesp), citou a experiência de legalização da maconha no estado de Denver, nos Estados Unidos, onde, segundo ele, há uso crescente de maconha agregada a chocolates, biscoitos e bebidas energéticas e em cigarros eletrônicos.

Laranjeira pediu ainda que o Legislativo considere as pesquisas indicando que 90% dos brasileiros não querem descriminalizar o uso da maconha.

Avaliação

Em resposta a Lasier, os convidados defenderam a manutenção de dispositivo da atual legislação que atribui aos juízes, a partir dos elementos colhidos na investigação policial e por promotores, a responsabilidade de avaliar se pessoas flagradas com drogas são usuários ou traficantes.

No parecer aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi incluído um patamar mínimo para essa diferenciação, equivalente ao porte de quantia para consumo em cinco dias, a ser calculada pela Anvisa. O autor do PLC, deputado Osmar Terra (PMDB-RS), pediu que o texto seja mantido como veio da Câmara.

Licença para BR-319 sai até amanhã, garante Ibama

A licença ambiental para obras de manutenção da rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, deve sair até amanhã. O anúncio foi feito pela presidente do Ibama, Marilene Ramos, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Requerida por Acir Gurgacz (PDT-RO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a audiência debateu a reconstrução da rodovia, com trechos intransitáveis. Vanessa disse que a manutenção da BR-319 “dará a possibilidade de trafegarmos com segurança em uma estrada que, no último dia 27, completou 40 anos”.

O diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Valter Casimiro, explicou que, em 2005, o Dnit começou as

obras de restauração do pavimento, que foram embargadas por falta da licença ambiental. No ano passado, o Dnit, com o licenciamento concedido pelo governo do Amazonas, voltou a fazer a manutenção.

— Considerando uma rodovia não pavimentada, era uma obra para dar condições simples de trafegabilidade — disse.

Marilene explicou que o processo, que estava sob a responsabilidade do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) passou para a alçada do Ibama, depois de uma ação do Ministério Público questionando o licenciamento.

— A garantia é que até sexta-feira tenhamos a licença dentro dos parâmetros acertados.

No entanto, para as obras de pavimentação da rodovia, ainda são exigidos um projeto e

outro licenciamento ambiental. A presidente do Ibama disse que será necessário um ano para fazer todos os estudos, para que no ano seguinte o Dnit possa licitar as obras. A preocupação é especialmente com um trecho de 400 km, no “meião” da rodovia, em que há uma reserva ambiental que corre risco de desmatamento.

— No ano passado, tivemos 5,8 mil quilômetros quadrados de floresta perdidos. Em 2014 tinha sido de 5 mil. E continuamos tendo pressão, continuamos perdendo — afirmou.

Segundo ela, não basta asfaltar, é preciso pensar no modelo de rodovia apropriado para a região. Uma das alternativas é transformar o trecho do meio em estrada-parque.

Para Gurgacz, a reconstrução da BR-319 vai possibilitar a fiscalização diária.

— A BR aberta possibilita o trânsito do Exército diariamente para ajudar a fiscalização. Sem a estrada, só ficam pessoas que passam para promover o desmatamento — alertou.

O comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, general Costa Neves, afirmou que a reconstrução da BR-319 vai favorecer a integração nacional e a defesa do país.

— Está em estudo pelo Exército a criação dos Batalhões de Engenharia de Selva — disse.



Comissão debateu MP negociada entre o governo federal, 13 estados e o DF

Ministério dos Transportes quer reincorporar trechos de rodovias

O governo está comprometido em consolidar a parceria com 14 unidades da Federação e reincorporar mais de 14 mil quilômetros de rodovias federais transferidas aos governos estaduais em 2002, garantiu o secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, Luciano Castro, em audiência na comissão mista que analisa a MP 708/2015.

A MP autoriza a União a federalizar novamente os trechos de rodovias transferidos aos estados e ao Distrito Federal pela Medida Provisória 82/2002. A reincorporação tem que ser oficializada por termo assinado pelo ministro dos Transportes e pelo governador do estado transferidor.

— Nosso objetivo é ajudar os estados, uma determinação da presidenta Dilma. Sabemos das dificuldades que eles enfrentam na manutenção

dessas malhas — informou.

Castro garantiu que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) relacionadas a essas rodovias serão finalizadas, ainda que em ritmo mais lento que o previsto inicialmente.

Diretora da Secretaria de Infraestrutura do Paraná, Rejane Karam solicitou aos parlamentares que sejam criteriosos durante as negociações na Câmara e no Senado em relação à inclusão ou à exclusão de trechos do acordo firmado.

Pediu também a aprovação de uma emenda que possibilite ampliar o prazo de 210 dias previsto na MP para que os governos estaduais acessem recursos federais na manutenção dos trechos que ficarão sob sua alçada.

— É um prazo muito curto para a efetuação de todos os procedimentos licitatórios.



Comissão de Infraestrutura fez debate com representantes do Ibama e do Dnit



Australiano Phil Lambert debate, ao lado da vice-presidente da comissão, Fátima Bezerra, e de Ricardo Cardozo, do MEC

Currículo deve ser flexível e inspirador, diz australiano

Senadores conheceram ontem como funciona o currículo escolar da Austrália, que integra habilidades como criatividade, matemática e sustentabilidade. Brasil discute até junho a Base Comum Nacional

NA SÉRIE DE audiências da Comissão de Educação (CE) sobre a Base Nacional Comum Curricular, os senadores puderam conhecer ontem o currículo escolar australiano. A proposta define que os estudantes desenvolvam diversas habilidades, da matemática à criatividade. As habilidades devem ser trabalhadas entre as áreas tradicionais e temas transversais: ciências humanas e sociais, educação física, tecnologias, pensamento crítico e criativo, sustentabilidade e história e cultura dos aborígenes e dos indígenas.

Phil Lambert, diretor da entidade responsável por

implementar o currículo nacional na Austrália, elogiou a iniciativa brasileira de ouvir a população na elaboração da Base Comum. Segundo ele, as escolhas devem considerar o que é melhor para o país.

— É importante ter um currículo flexível, mas ainda inspirador. É importante que todas as crianças, independentemente de onde moram e da situação econômica, tenham acesso e possam usufruir as possibilidades educacionais.

O representante do Ministério da Educação, Ricardo Cardozo, pediu união entre os Poderes para garantir que as escolas tenham as condições

necessárias para fazer a base curricular funcionar.

A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ressaltou que é necessário não só a unificação do currículo escolar, mas uma boa formação dos professores.

— Tão importante quanto acertar o currículo é depois ter professores com formação adequada para poder cumprir esse currículo. Porque senão vamos continuar fazendo leis com muita dificuldade de implementação.

A Base Nacional Comum Curricular está em elaboração. Até junho a proposta final deve seguir para análise do Conselho Nacional de Educação.

Senado aprova direito do paciente a acompanhante

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) dá direito a todos os pacientes, tanto do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto da rede privada, de receber visitas diárias e de contar com a presença de acompanhante em todos os tipos de atendimento.

O PLS 378/2014, de Ana Amélia (PP-RS), também inclui a humanização como um dos princípios do SUS na Lei Orgânica da Saúde. A votação foi terminativa. Ou seja, o texto segue para a Câmara, a menos que haja recurso para que vá ao Plenário do Senado.

A proposta prevê a possibilidade de revezamento de acompanhantes, escolhidos livremente pelo paciente. Hoje a lei assegura o direito a acompanhante apenas em caso de internação e somente para alguns segmentos da população: crianças e adolescentes, mulheres grávidas e no pós-parto, pessoas com

deficiência e idosos.

O projeto exige que hospitais proporcionem condições para a permanência do acompanhante.

A proposta, disse Ana Amélia, busca solidificar iniciativas como a Política Nacional de Humanização, criada em 2003 pelo governo federal, e a *Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde*, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2009. Os dois documentos têm como base princípios de cidadania, entre eles o direito ao atendimento humanizado.

“A presença de acompanhantes nos serviços de saúde mantém a inserção social do paciente e torna a comunidade responsável e coprodutora do cuidado em saúde”, justifica Ana Amélia.

Para a relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), que apresentou emendas ao texto original, a iniciativa contribui para dar estabilidade à política de humanização no SUS.



Texto aprovado amplia a garantia para todos os tipos de internação

Preconceito contra crianças ciganas será tema de debate em comissão

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem a realização de duas audiências públicas. A primeira para discutir a situação das crianças ciganas.

Telmário Mota (PDT-RR), autor da requerimento para

o debate, salientou que a população cigana sofre com o preconceito e o problema precisa ser enfrentado.

Ele lembra que, em seminário no Senado em dezembro de 2015, no âmbito da campanha *Sou Cigano! Sou Brasileiro! Não sou Trapaceiro!*, foi to-

cante o depoimento de um pai que manifestou o sofrimento da filha ao ser discriminada diariamente.

O outro requerimento é de Paulo Paim (PT-RS) e pede audiência sobre os avanços no tratamento dos hemofílicos.

O senador disse que atendeu

reivindicação da Federação Brasileira de Hemofilia, que participou na legislatura passada de audiência sobre o tema.

— Na ocasião, tivemos grandes avanços e agora a entidade mostra-se preocupada com possíveis retrocessos — afirmou Paim.

A hemofilia é um distúrbio genético e hereditário que afeta a coagulação do sangue.

A CDH aprovou também uma viagem dos senadores a Boa Vista, segunda-feira, para ouvir trabalhadores rurais e autoridades envolvidas em conflito de terra na região.

PREVIDÊNCIA PODE PAGAR BENEFÍCIO DE MICROS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que transfere das micros e pequenas empresas para a Previdência Social a responsabilidade pelo pagamento direto do salário-maternidade. O PLS 732/2015 segue à Câmara. Hoje, a lei obriga as empresas a pagar diretamente o benefício, cujo valor será, depois, restituído pela Previdência. A restituição é por meio de abatimento de contribuições sobre a folha de salários. A autora do texto, Gleisi Hoffmann (PT-PR), diz que as micros e pequenas empresas têm quadro de empregados e faturamento reduzidos, o que impede a rápida compensação do salário-maternidade. Para a relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), essa compensação causa impacto no capital de giro dessas empresas.

MAMÓGRAFO MÓVEL DEVE CHEGAR A LOCAIS ISOLADOS

O Sistema Único de Saúde (SUS) deverá disponibilizar unidades móveis com mamógrafo e profissionais de saúde nas comunidades isoladas, para garantir acesso à mamografia. Esse é o objetivo do PLS 584/2015, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto visa garantir o cumprimento de diretriz da Lei 11.664/2008: que o SUS ofereça o exame a todas as mulheres a partir dos 40 anos. Apesar do aumento da oferta da mamografia, Lúcia Vânia (PSB-GO) afirma que “persiste a necessidade de desenvolver ações para mulheres moradoras de áreas geográficas de difícil acesso”. O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), recomendou a aprovação do texto, que, disse, ajudará locais os indicadores de saúde costumam ser piores.

PROJETO PREVÊ DESCANSO ADEQUADO A ENFERMEIRO

Hospitais e instituições de saúde públicas e privadas terão que oferecer condições adequadas de repouso durante o horário de trabalho aos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e às parteiras. É o que prevê o PLS 597/2015, aprovado ontem em votação final pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Pelo texto, os ambientes de repouso devem ser arejados, ter banheiro, móveis adequados e conforto térmico e acústico. Segundo o autor, Valdir Raupp (PMDB-RO), a falta de condições adequadas para o descanso, além de prejudicar a saúde dos enfermeiros, coloca em risco o bem-estar dos pacientes por eles atendidos. Para a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o projeto aprimorará o ambiente de trabalho e melhorará a prestação de serviço.

AVANÇAM REGRAS PARA ATIVIDADE DE ECÓLOGO

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que regulamenta a profissão de ecólogo. Entre outras atribuições, o profissional elabora estudos de licenciamento ambiental e de recuperação de ecossistemas. O PLC 105/2013 segue ao Plenário. A proposta, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP), exige que os ecólogos tenham curso superior de ecologia. Profissionais com formação em ciências ambientais também poderão exercer a atividade. O tema já havia sido aprovado pelo Congresso e vetado em 2009, por não definir a área de atuação do ecólogo e que outros profissionais poderiam exercer as atribuições. O problema, disse a relatora, senadora Ângela Portela (PT-RR), foi resolvido com essa proposta.

PROPOSTA REGULAMENTA PROFISSÃO DE FÍSICO

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que regulamenta a profissão de físico. Segundo o PLC 101/2012, poderão exercer a atividade os graduados em física, os que já forem mestres ou doutores na área ou os que exerçam a atividade há mais de quatro anos, quando da publicação da lei. O relator, Paulo Paim (PT-RS), apresentou parecer favorável. Ele também foi relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde apresentou emendas. Uma delas eliminou artigo que só exigia registro do físico em órgão profissional 180 dias após a regulamentação da nova lei. A outra prevê que o exercício da profissão dependerá de registro em conselho competente, e não em órgão competente. O projeto volta à Câmara.

TEXTO ELIMINA EXIGÊNCIA DE ALTURA PARA VIGILANTE

As empresas não poderão mais exigir altura mínima para admissão de vigilante, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A empresa que descumprir a norma estará sujeita a multa de R\$ 6 mil a R\$ 30 mil. O PLC 94/2014 segue ao Plenário. A proposta, do ex-deputado João Paulo Cunha, mantém a obrigatoriedade de o candidato a vigilante ser aprovado nos exames psicotécnico e de saúde física e mental. O autor justifica que, mesmo sem amparo legal, é comum a exigência de altura mínima para vigilante. Para o relator, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a exigência “parece antes se referir a um estereótipo de como um vigilante deve parecer — alto e encorpado — do que às efetivas necessidades da profissão”.

Senadores lançam manifesto em defesa das zonas francas verdes

Eles pedem o descontingenciamento de recursos e a retomada dos projetos de desenvolvimento para os estados da região amazônica

RECURSOS CONTINGENCIADOS E projetos parados. O quadro vivido pelas zonas francas verdes (ZFVs), na região amazônica, uniu parlamentares de vários partidos. Senadores de Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Amapá lançaram ontem manifesto em favor da retomada de projetos de desenvolvimento na ZFVs, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O manifesto será entregue à presidente Dilma Rousseff e aos ministros da Fazenda, Nelson Barbosa, do Planejamento, Valdir Simão, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. As ZFVs são áreas de livre comércio em Brasileira e Cruzeiro do Sul (AC); Tabatinga (AM); Guajará-Mirim (RO); Boa Vista e Bonfim (RR); Macapá e Santana (AP). Indústrias instaladas nessas áreas e que usam matérias-primas regionais são isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e têm acesso a incentivos para desenvolvimento tecnológico e gerencial.

Em conjunto com governadores, os senadores pedem o fim do contingenciamento de recursos arrecadados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Estão retidos cerca de R\$ 2 bilhões, que deveriam servir, entre outros propósitos, para fortalecer as ZFVs.

— Recursos arrecadados com as taxas de serviços das



Rebecca Garcia, ao lado de Randolfe Rodrigues: um dos projetos é o selo verde

áreas de livre comércio pela Suframa, que deveriam ser investidos na Amazônia, vão para o superavit primário. Isso é contrário ao princípio de Federação, pois a União, que é o ente mais forte, está ficando com os recursos dos estados mais fracos — protestou Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Davi Alcolumbre (DEM-AP) também diz ser inaceitável o contingenciamento.

— Isso inviabiliza o trabalho da Suframa, que não pode liberar recursos para obras de infraestrutura nas cidades.

Valor agregado

Na opinião de Gladson Cameli (PP-AC), a implantação da ZFV permite a agregação de valor a produtos da Região Norte, resultando em benefícios à população que ali vive.

— Quando se fala de Amazônia, só se lembra de preservação, mas não se fala dos cerca de 30 milhões de amazônidas que lá vivem — disse.

Para João Capiberibe (PSB-

AP), o desenvolvimento de uma região extensa e complexa como a Amazônia requer a combinação de políticas capazes de promover a geração e a distribuição de riquezas.

— Precisamos conhecer o potencial econômico da região.

Para exemplificar a carência de investimentos em desenvolvimento científico e tecnológico, ele citou o caso do açaí. A introdução de produtos à base do fruto no mercado ocorreu de forma espontânea. As pesquisas só vieram depois.

— Vamos integrar todas as instituições, pesquisa, crédito, fomento, para podermos dar um salto na Amazônia. Sem isso, vamos andar a passos muito lentos — opinou.

A superintendente da Suframa, Rebecca Garcia, apresentou as prioridades para a consolidação das ZFVs, como a criação do selo verde para identificar os produtos sustentáveis feitos com recursos naturais da Amazônia.

— O selo vai identificar, em qualquer local do mundo, os produtos da região — disse.

Rebecca explicou que as indústrias das ZFVs poderão utilizar insumos provenientes de qualquer município da região amazônica, não apenas das cidades em zonas francas.

Geração de renda

Representando a governadora de Roraima, Suely Campos, Rogério Martins Campos lembrou que 65% do estado são reservas indígenas e áreas de proteção ambiental. Com a zona franca verde, essas regiões poderão gerar renda, sem comprometer a preservação do meio ambiente.

— É uma oportunidade de desenvolver a região. Precisamos inserir as áreas protegidas no setor produtivo.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) concordou:

— Temos a natureza mais rica do planeta, mas a qualidade de vida da população é baixa. O objetivo é fazer da riqueza natural uma riqueza social, que possa ser repartida entre os que vivem nos municípios do interior ou na capital.

Também assinam o manifesto os senadores Jorge Viana (PT-AC), Sérgio Petecão (PSD-AC), Omar Aziz (PSD-AM), Sandra Braga (PMDB-AM), Acir Gurgacz (PDT-RO), Ivo Cassol (PP-RO), Valdir Raupp (PMDB-RO), Ângela Portela (PT-RR), Romero Jucá (PMDB-RR) e Telmário Mota (PDT-RR).

Raupp comemora licitação para dragagem do Madeira

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou licitação para a dragagem da hidrovia do Rio Madeira, o que considera uma vitória expressiva para as Regiões Norte e Centro-Oeste. O senador assinalou as vantagens econômicas do transporte hidroviário, que considera uma alternativa eficiente num cenário de “nó logístico”. Em Rondônia, as rodovias chegam a ficar intransitáveis em alguns trechos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rose de Freitas faz balanço positivo da atuação da CMO

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Rose de Freitas (PMDB-ES), disse ontem que o colegiado cumpriu seu dever, mesmo em um cenário de crise econômica. Ela ressaltou que todo o trabalho feito pela comissão no último ano foi construído com muito diálogo. Para Rose, o colegiado “não se acovardou” e todos os membros assumiram responsabilidades.



Monira Maniz/Agência Senado

Vanessa Grazziotin celebra 3ª etapa do Minha Casa, Minha Vida

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou o lançamento da terceira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida e ressaltou que a iniciativa contribui para a garantia de emprego e de salário para milhares de trabalhadores da construção civil.

Ela disse que a terceira etapa do programa deverá contratar mais de 2 milhões de unidades habitacionais em todo o país até 2018.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Caminhoneiros poderão criar fundo para acidentes

As associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo próprio para cobrir despesas por acidentes, incêndio ou furto de veículos de associados e cooperados. O benefício está previsto em projeto de lei (PLS 356/2012) de Paulo Paim (PT-RS), aprovado ontem em votação final pela

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta visa dar mais segurança aos transportadores, que enfrentam recusa ou preços exorbitantes das seguradoras para cobrir veículos com mais de 15 anos de uso.

Douglas Cintra (PTB-PE) apresentou parecer favorável. Ele disse que a medida vai

ajudar a esclarecer a diferença entre seguro e serviço de proteção de autogestão.

Segundo o relator, o serviço destina-se apenas ao grupo associado e exige rateio entre participantes ou fundo de reserva a partir de contribuições periódicas. Já a atividade de seguros abrange o mercado em geral. A questão gerou

disputa entre a Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep), que, segundo Paim, deu origem a dezenas de ações judiciais contra contratos de proteção patrimonial oferecidas por diversas associações aos transportadores.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Novas regras para pagamento de precatórios seguem para o Plenário

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça cria regime especial de pagamento e prevê acordos com credores

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem novas regras para o pagamento de precatórios, que são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União a liquidação de valores devidos após condenação judicial definitiva.

Conforme o Conselho Nacional de Justiça, os três entes acumulavam em junho de 2014 uma dívida de R\$ 97,3 bilhões em precatórios emitidos pelas Justiças estaduais, Federal e do Trabalho.

Aprovada pela Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2015 prevê que os precatórios a cargo de estados, do Distrito Federal e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020 dentro de um regime especial que permite o aporte de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida.

Durante o prazo previsto na PEC, de cinco anos, pelo menos 50% dos recursos destinados aos precatórios serão para pagamento das dívidas

em ordem cronológica. A exceção é a preferência para os precatórios relacionados a créditos alimentares quando os beneficiários tiverem 60 anos ou mais, sofrerem de doença grave ou deficiência.

Os outros 50% dos recursos, durante esses cinco anos, poderão ser usados para a negociação de acordos com os credores, com redução máxima de 40% do valor a receber.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), deu parecer favorável à proposta, que irá para o Plenário, em dois turnos de votação. A PEC, na avaliação do senador, satisfaz, “dentro dos critérios das possibilidades constitucionais, econômicas,

fiscais, federativas e fáticas”, as demandas por uma resposta efetiva às inúmeras questões levantadas pelo sistema de precatórios. Segundo ele, o texto tem apoio de prefeitos, de governadores e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Preocupação

A proposta prevê a possibilidade do uso, no pagamento, de até 75% do montante dos depósitos judiciais e administrativos referentes a processos nos quais estados, DF ou municípios (ou suas autarquias, fundações e empresas estatais) sejam parte. Nesse ponto, houve concordância da maioria dos integrantes da CCJ.

Entretanto, Ronaldo Caiado (DEM-GO), Simone Tebet (PMDB-MS), Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Eduardo Amorim (PSC-SE), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Blairo Maggi (PR-MT) e Romero Jucá (PMDB-RR) manifestaram preocupação com a possibilidade de utilização de até 40% dos depósitos judiciais das demandas que envolvam exclusivamente particulares. A utilização dessa permissão deverá ser precedida da criação de um fundo garantidor composto pela parcela restante dos depósitos judiciais.

Apesar da aprovação, alguns senadores disseram que apresentarão em Plenário emendas para modificar o texto.



Relator do texto, Anastasia (E) disse que a PEC tem apoio de prefeitos, governadores e Ordem dos Advogados do Brasil

Senado aprova proposta que dificulta a prescrição de penas

Projeto que muda o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) para dificultar a prescrição de penas foi aprovado ontem, em votação final, pela Comissão de Constituição e Justiça. Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o projeto (PLS 658/2015) seguirá direto para a Câmara.

A proposta, de Alvaro Dias (PV-PR), modifica dois artigos do Código Penal. Pelo texto em vigor, a prescrição começa a correr a partir do dia em que transita em julgado a sentença condenatória ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional.

O senador quer que o prazo se inicie exclusivamente a partir do dia em que a condenação transita em julgado.

Outra mudança recomendada determina que a prescrição passe a ser interrompida a partir do oferecimento da denúncia ou queixa.

— Pretendemos impedir que expedientes protelatórios sejam adotados por advogados em defesa dos réus, que acabam alcançando a prescrição da pena — explicou Alvaro.

O relator do projeto, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apoiou as mudanças sugeridas no Código Penal.

PEC do adicional de periculosidade para policiais passa em comissão

Servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, das polícias civis e militares e dos corpos de bombeiros que exercem atividades perigosas, de risco à integridade física e psicológica poderão receber adicional de periculosidade. A medida está prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC 58/2015) aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), recebeu parecer favorável do relator, Magno Malta (PR-ES), e segue

para dois turnos de discussão e votação no Plenário.

Cássio argumenta que, sem o adicional, policiais que enfrentam ameaça à vida no trabalho continuarão a receber a mesma remuneração que servidores da carreira em funções administrativas.

Na avaliação do relator, a concessão do adicional “é tema de absoluta justiça”. Ele não vê incompatibilidade entre a PEC e a Constituição, que proíbe o pagamento de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação às categorias remuneradas por subsídio.

Avança projeto que institui Estatuto dos Animais

Será enviado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para decisão final, projeto que institui o Estatuto dos Animais.

O texto (PLS 631/2015) foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na forma de substitutivo do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), a projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ).

O relator retirou do projeto

trecho segundo o qual ninguém deverá causar lesão moral aos animais. Anastasia observou que a atual ordem constitucional, embora preveja a proteção dos animais, não os trata como sujeitos de direito equiparados aos dos seres humanos.

Ele se manifestou contra aprovação de emenda de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que possibilitaria a prisão nos crimes contra os animais. Também excluiu do que se

consideram maus-tratos aos animais os casos de controle de zoonoses, controle de espécies invasoras e de ensino e pesquisa científica em saúde expressamente previstos em lei. O abate de animais para fins comerciais deverá ser objeto de legislação específica, com métodos que minimizem ao máximo o sofrimento e a dor.

O relator incluiu no texto a obrigatoriedade de identificação individual dos animais de

estimação, a vedação de maus-tratos em práticas culturais, recreativas e econômicas e a ampliação da lista de condutas consideradas maus-tratos.

De acordo com o projeto, as espécies protegidas pelo Estatuto dos Animais são as que têm, como características exclusivas, um encéfalo grande dentro de uma caixa craniana e uma coluna vertebral. São cerca de 50 mil espécies, desde peixes até aves e mamíferos.

POLÍTICAS CONTRA EXPLORAÇÃO SEXUAL PODEM GANHAR VERBA

Recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) poderão ser aplicados em políticas públicas que ajudem a reparar danos causados pela exploração sexual e pelo tráfico de pessoas. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem mais essa destinação para o Funpen, disciplinado pela Lei Complementar 79/1994. O PLS 374/2012, apresentado por Lídice da Mata (PSB-BA), recebeu emenda da relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), destinando a essa finalidade também os recursos confiscados ou provenientes da alienação dos bens perdidos em favor da União, relativos a crimes de lenocínio e de tráfico de pessoas para exploração sexual. A relatora lembra que o tráfico de pessoas é o terceiro maior e mais rentável do mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas e o de armas.

TEXTO EQUIPARA SALÁRIOS DE POLICIAIS DOS EX-TERRITÓRIOS

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem parecer favorável de Romero Jucá (PMDB-RR) à PEC 162/2015, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que trata da remuneração dos militares dos extintos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. A proposta, que vai a Plenário, determina que os soldos, gratificações, adicionais e outros benefícios pagos aos policiais e bombeiros dos ex-territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da administração federal não poderão ser inferiores aos pagos pela União aos policiais e bombeiros do Distrito Federal.

Segundo Randolfe, trata-se de corrigir uma injustiça, visto que os professores dos antigos territórios, por exemplo, têm como padrão a remuneração do magistério das instituições federais de ensino.

COLEGIADO ACATA NORMAS PARA OS JOGOS OLÍMPICOS

Projeto de lei da Câmara que detalha, do ponto de vista legal, acordos firmados pelo Brasil para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 foi aprovado ontem pela CCJ. A proposta (PLC 2/2016) teve parecer favorável do relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), e tramita em regime de urgência. “Para receber evento de tal magnitude, é necessário que o país-sede adapte seu ordenamento jurídico em diferentes vertentes”, ressalta Crivella.

A regra para venda de ingressos é um dos destaques. Ficou definido desconto de 50% nos ingressos para as categorias de menor preço comprados por estudantes residentes no país. Idosos acima de 60 anos e pessoas com deficiência terão desconto de 50% em todas as categorias. O texto segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

REGRAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL VOLTA PARA O PLENÁRIO

Emendas de Plenário a projeto que regulamenta o inquérito civil foram aprovadas ontem pela CCJ. De 19 emendas de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) ao PLS 233/2015 — Complementar, de Blairo Maggi (PR-MT), o relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), resolveu acolher 11 no substitutivo.

Inquérito civil é o instrumento usado pelo Ministério Público para proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos. Uma das mudanças aceitas por Ferraço foi a dispensa da exigência de manifestação prévia do requerido como condição para a instauração de inquérito civil ou investigação motivada por denúncia anônima. O substitutivo aprovado pela CCJ agora volta para a análise do Plenário.

Senadores debatem crise e ações contra a corrupção

O Plenário voltou a ser palco da discussão sobre os desdobramentos do processo de impeachment, a saída do PMDB do governo e as medidas anticorrupção propostas pelo Ministério Público Federal

O debate sobre a legalidade e a legitimidade do processo que pode afastar a presidente Dilma Rousseff do Palácio do Planalto dominou mais uma vez os pronunciamentos de ontem. Senadores do governo e da oposição se revezaram na tribuna para comentar os desdobramentos da crise.

Capítulo mais recente das dificuldades do governo, a saída do PMDB da base foi tema recorrente em vários discursos. Também houve quem lembrasse a necessidade de o Congresso analisar com urgência as medidas contra a corrupção propostas pelo Ministério Público com o apoio de dois milhões de brasileiros.

Humberto diz que luta de Dilma pela legalidade continua

Para Humberto Costa (PT-PE), a saída do PMDB do governo “não esmorece a presidente Dilma em seguir na defesa da legalidade e na recomposição da base”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

— Buscaremos ampliar a conversa com os que se recusam a ingressar nessa quartelada civil, empreendida pela oposição, pelos grandes meios de comunicação e por parte do comando do partido [PMDB].

Impeachment está previsto na lei, argumenta Anastasia

Antonio Anastasia (PSDB-MG) defendeu na terça-feira a legalidade do processo de impeachment da presidente Dilma. Ele pediu aos deputados e senadores a responsabilidade de mostrar ao povo que o Parlamento está zelando pela lei.

O senador defendeu a Constituição de 1988 e o modelo de impeachment, ressaltando que é o mesmo adotado na legislação de outros países presidencialistas.

Fátima não vê crime algum atribuído à presidente

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou na terça-feira que, apesar de previsto na Constituição, o impeachment está sendo usado “indevidamente para tentar afastar uma presidente que não é acusada de crime algum”. Ela disse que as chamadas pedaladas fiscais, base da acusação contra Dilma, foram usadas por outros governos.

— A população brasileira tem denunciado o golpe que se avizinha — disse ontem em outro discurso no Plenário.

Golpista é quem não cumpre promessas, aponta Amorim

Deve ser chamado de golpista quem não cumpre o que foi prometido em campanha, afirmou Eduardo Amorim (PSC-SE). O senador disse que não é traidor da pátria por defender o impeachment da presidente Dilma.

— Do jeito que está, não temos futuro. Nosso presente já está comprometido, mas não podemos ser irresponsáveis e comprometer o futuro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi afirma que afastamento ameaça o Minha Casa

O impeachment põe em risco a continuidade de projetos sociais, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR), destacando o lançamento da terceira fase do Minha Casa, Minha Vida. Segundo ela, um eventual governo do PMDB deve reduzir a participação do FGTS no programa e “encolher” o Bolsa Família.

— Está em jogo desmontar o direito de acesso a dignidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ana Amélia: folheto contra impedimento intimida população

Ana Amélia (PP-RS) cobrou investigação sobre folheto distribuído em Brasília “com o objetivo de atemorizar a população contra a oposição ao governo”. No material, supostamente feito pela CUT, disse a senadora, há ameaça de que, se houver impeachment, serão extintos direitos como o 13º salário.

— Mentem descaradamente como fizeram nas eleições.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Peemedebistas agem por oportunismo, avalia Ângela Portela

A saída do PMDB da base do governo foi “um espetáculo de cinismo”, segundo Ângela Portela (PT-RR). Ela disse que, depois de fazer parte do poder, o PMDB quer derrubar uma presidente democraticamente eleita com 54 milhões de votos.

Para a senadora, o objetivo é o oportunismo grosseiro para acabar com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), privatizar estatais, acabar com a soberania da Petrobras, fragilizar a saúde e a educação.

Para Garibaldi, saída do PMDB é vista de forma maniqueísta

O discurso de petistas em relação ao PMDB é um “credo maniqueísta”, segundo Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

— Para eles, quem está a favor do governo é bom e quem está contra é mau, pois o PT pensa nos pobres — afirmou.

Porém, disse o senador, os pobres estão sendo sacrificados pela política econômica, que gera inflação e desemprego.

— Os que estão detratando a imagem do meu partido ontem diziam o contrário.

Segundo Bauer, PT agora adota práticas que antes criticava

Para obter os 171 votos de deputados para rejeitar o impeachment na Câmara, o governo vai distribuir os cargos que antes pertenciam ao PMDB, acusou Paulo Bauer (PSDB-SC).

— O PT adota a prática que tanto criticou anteriormente.

Para Bauer, as dificuldades continuarão mesmo com o apoio dos partidos que a ajudaram na Câmara.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário condena posição adotada pelo vice Michel Temer

Telmário Mota (PDT-RR) criticou a decisão tomada pelo PMDB de deixar a base de apoio do governo.

— Se o governo não está bem, a culpa em grande parte é do próprio PMDB, que sempre ocupou os principais cargos. [O vice-presidente] Temer não pode fazer cara de paisagem e articular a fuga no momento difícil que estamos passando.



Moreira Matiz/Agência Senado

Waldemir Moka defende o fim da coalizão com governo

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) defendeu a saída do partido da coalizão do governo por entender que o quadro político-econômico não pode continuar como está. Ele expressou repúdio aos que agora desmerecem a figura do vice-presidente.

— Eu ouvi até um mês atrás que Michel Temer era um homem que tinha todas as qualidades. E daqui a pouco ouço palavras que só faltam satanizar o vice-presidente.

Regina alerta para o fato de que o país está dividido

Dizer que a crise moral e política vai acabar com a aprovação do impeachment, segundo Regina Sousa (PT-PI), é confessar a existência de um “acordão” para parar Operação Lava-Jato se a presidente Dilma deixar o cargo e o ex-presidente Lula for implicado.

— O país está dividido. Então, não é achar que passou o impeachment e fica tudo bem.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Troca de presidente é caminho para salvar país, acredita Agripino

José Agripino (DEM-RN) alertou para o perigo do “esgarçamento do tecido social”. Ele acredita que o impeachment da presidente Dilma é o único caminho para a salvação nacional. O senador prevê, porém, grandes dificuldades no período seguinte e defende que Michel Temer tenha liberdade para formar o governo com as “melhores cabeças”.



Moreira Matiz/Agência Senado

Capiberibe pede que líderes encontrem saída pela conciliação

Segundo João Capiberibe (PSB-AP), a classe política deve buscar uma saída negociada que promova a conciliação da sociedade e permita ao país voltar a ter paz e superar as dificuldades atuais. Ele considerou que o processo de impeachment pode ser longo, o que será ruim para o país.

— É hora de construirmos essa saída — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Randolfe tem projetos de lei para campanha do Ministério Público

Em discurso na terça-feira, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) informou ter apresentado 19 projetos de lei defendidos pela campanha *10 Medidas contra a Corrupção*, do Ministério Público Federal.

Entre as propostas do senador, que vão do PLS 91/2016 ao PLS 109/2016, estão a criação de varas especializadas no julgamento de improbidade administrativa e a adoção do teste de integridade dos agentes públicos.

Lasier cobra rapidez na análise de medidas anticorrupção

O Congresso precisa analisar as dez medidas de combate à corrupção propostas pelo Ministério Público Federal com o apoio de cidadãos de todo o país, defendeu Lasier Martins (PDT-RS).

— Este Congresso precisa agilizar a discussão e votação dessas medidas que mais de dois milhões de pessoas mandaram para cá. Medidas, portanto, em caráter urgente, com vistas a evitar desvios criminosos — declarou.

Ataídes elogia iniciativa popular contra irregularidades

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) comemorou o início da tramitação, na Câmara, de projeto que, com apoio de mais de 2 milhões de brasileiros, visa melhorar os mecanismos de combate à corrupção.

— As medidas buscam evitar o desperdício de recursos públicos e garantir mais transparência e eficiência ao trabalho do Ministério Público.



Jefferson Rudy/Agência Senado